

Os Índios Ticuna do Alto Solimões:

mobilização e resistência face aos invasores de seu território.

1- As terras de posse imemorial e o direito dos Ticuna a elas.

Os Ticuna ocupam uma grande extensão territorial no estado do Amazonas, uma faixa de 400Km ao longo do rio Solimões, na área fronteira com o Peru e a Colômbia. Nessa área, os Ticuna se constituem em uma parte significativa da população ali existente, fornecendo uma reserva considerável de mão de obra e comercializando os seus excedentes agrícolas. Esse grupo étnico se compõe atualmente de 15 mil índios, quase todos falando uma língua própria e distribuídos em 65 grupos locais. Algumas dessas aldeias situadas à margem do rio Solimões abrigam até 1.500 pessoas.

156015 [Baseado nos relatos de cronistas e viajantes do rio Amazonas é possível afirmar que os Ticuna vivem nessa área desde a segunda metade do século XVII, época das primeiras atuações de missões religiosas (jesuitas espanhóis e depois carmelitas portuguesas). Trata-se portanto de terras de posse imemorial dos índios e seu direito a ela, de acordo com o artigo 25 do Estatuto do Índio (Lei 6.001, de 17/12/1973), independe da existência ou não de demarcação administrativa pelo órgão tutor dos índios. Nesse artigo, a posse à terra habitada pelos índios deveria ser assegurada a eles pela FUNAI, e atendendo à sua situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação.

A invasão do território Ticuna vem ocorrendo desde as décadas finais do século XIX, quando parte de suas terras foram tomadas pelos grandes seringais, como aconteceu com as comunidades de Belém, São Jorge e Vendaval. Os grandes seringalistas e comerciantes conseguiram títulos de propriedade das terras à margem do Solimões ou títulos de aforamento das terras do interior dos igarapés. Para casos de títulos de propriedade ou qualquer tentativa de domínio de terras indígenas, o Estatuto do Índio, no artigo 62, declara nulos os efeitos jurídicos de atos que tenham por objeto o domínio, posse ou ocupação das terras habitadas pelas comunidades indígenas.

O que existe então são inúmeras provas do direito dos Ticuna à demarcação de suas terras. Há inclusive um reconhecimento por parte do Estado, de que o território ocupado por esse grupo se constitui num território indígena. Existem na área sete postos indígenas da FUNAI, alguns colocados em terras tituladas, como é o caso de Vendaval, onde o Posto existe desde 1975, mas no entanto o seringalista, Benedito Mafra continua com um título de propriedade da área. Nessa situação, é importante frisar a total inoperância da FUNAI para caracterizar Vendaval como uma área indígena. Já se passaram seis anos desde a criação do Posto e até agora ela nada fez para resolver a questão com esse seringalista e definir o direito dos índios sobre a área.

Os outros Postos foram instalados em Feijoal, Nova Itália, Betânia, Campo Grande, Belém e Umariagu. Umariagu com 1.500 habitantes e Lauro Sodré com 100, são as duas únicas áreas para as quais a FUNAI tem plano de demarcação. Em Lauro Sodré estão ocorrendo atritos entre a FUNAI e os madeireiros que possuem uma serraria próxima à área. Dessa forma, somente 10% dos Ticuna estão no plano da FUNAI para terem suas terras demarcadas. O território tradicional, onde habita a maior parte da população, está fora da área de demarcação, sujeito à venda de títulos à particulares.

Existe na área uma consciência e uma expectativa, inclusive dos regionais de que aquela terra vai ser demarcada para os índios, devido à instalação de Postos da FUNAI, desde 1975

2- A ocupação atual e seus problemas.

A ocupação atual do Alto Solimões tem como base a cidade de Benjamin Constant, sede da micro.região do Alto Solimões no planejamento do Projeto Polo Amazonas. A infra-estrutura de serviços urbanos como transportes, água, luz, telefone, a expansão urbana através da construção de casas servem como sustentação dessa ocupação.

A área do Javari está, em grande parte, sob o controle de grandes companhias de madeira (CIANORTE, MADEREX Madeiras do Amazonas, MADEREIRA ITACONI, PRAMA, PRODS MADEIRA DA AMAZÔNIA) e seringa. Quem propicia a ocupação da área é o Estado através da SUDEVA, SUDEPE, EMATER e instituições bancárias. Os financiamentos são dados sem a exigência de apresentação de títulos de propriedade, bastando para obtê-los, apresentar ^{a população - avaliadora} avalistas que são as pessoas que controlam o comércio na área. Outros órgãos do Estado que facilitam essa ocupação são a PETROBRÁS, CPRM e Batalhões de engenharia do exército para a construção de estradas. O capital solicitado, geralmente é usado para especulação e nunca para o fim para o qual foi pedido.

A atividade das frentes ainda se concentra na área do Javari, mas está se iniciando também no Solimões, onde o problema maior é com a pesca e madeira. Existem duas serrarias em Amaturá e tentativas de extração de madeira em Feijoal, Nova Itália, Taçua e Belém.

2-1 - A invasão dos grandes pesqueiros.

Quanto à pesca, a questão é ainda mais urgente, pois a invasão dos grandes pesqueiros, vindos até de fora da região, inclusive de Manaus, pode levar ao extermínio de abastecimento aos índios, que têm no peixe a sua principal fonte de alimentação e também uma forma de obter recursos para trocar por produtos, dos quais necessitam para a sua sobrevivência.

Um dos pesqueiros locais pertence a Carlos Muller Filho, um comerciante de Santa Rita, que pratica a pesca de piraíba no Paranã Ribeiro e tem um frigorífico no Marcc. Outras áreas de invasão para a pesca são a do Tacua, São Leopoldo e Marajá. Nessas áreas, alguns lagos são explorados só pelos Ticuna e outros também por regionais, o que indica que a invasão dos pesqueiros prejudica toda a população mais carente da região.

Em memorandos e relatórios enviados ao chefe do Posto de Vendaal, André Villas Bôas, esses problemas aparecem muito claramente. Nomemorando nº6 de 23/06/1980, o chefe de Posto solicita o encaminhamento de processo junto a SUDEPE para interditar a pesca em locais como Paranã Ribeiro e lagos adjacentes: Marité, Jacinto, Maritezinho; onde aparecem embarcações pesqueiras procedentes principalmente de Manaus. O objetivo do memorando é evitar que seja extinto o abastecimento de peixes aos moradores de Vendaal, São Domingos I e II, cuja população já alcança a cifra aproximada dos 1500 habitantes.

Em outros memorandos, o chefe de Posto encaminha uma rede que apreendeu do Sr. Antonio Aprísio Torres, lembrando que conforme a legislação da SUDEPE, o uso de redes está proibido em locais como o que ocorreu o fato, No relatório de 11/11/1980, ele afirma que já foi obrigado a retirar pescadores da área para evitar conflitos

maiores. Esses dados bastariam para mostrar a necessidade de uma ação da FUNAI para regularizar essa situação, de forma a favorecer os índios e a população regional. Mas enquanto a FUNAI não toma nenhuma atitude, já começam aparecer algumas formas de resistência dos próprios índios. Capitães do Tacana e de Marajá estão impedindo que pescadores entrem nessas áreas. Também no Cajari os índios estão impedindo a exploração da pesca por esses grandes pescadores, como também a extração de madeira. E em alguns casos os índios não permitem a entrada e instalação de brancos na região.

Em Belém, o atual chefe de Posto, João Silvério Dias, deu autorização para fechar a área de pesca só para índios, proibindo a entrada de brancos.

2-2 A invasão dos fazendeiros e seringalistas.

Segundo Pedro Inácio, Capitão dos Ticuna de Vendaval, as invasões na área começaram há cerca de um ano com os fazendeiros Wilson Mafra e João Almeida, derrubando a floresta e colocando gado em terra dos índios.

Wilson Ribeiro Mafra ou Miro, como é conhecido na região, está pretendendo ser proprietário de 6.800 hectares de terra no Cajari, em uma tradicional área indígena. Segundo ele, até agora, só ocupava a área ribeirinha, mas sempre pagou os impostos dos 6.800 hectares, por ele pretendidos. Está tentando descaracterizar a área como uma área indígena, colocando inclusive brancos dentro dela. Em julho de 1974, um levantamento feito em terras habitadas pelos Ticuna, mostrava a existência somente da casa da família de Wilson Mafra e mais seis casas de índios. Em 1978, ele começou a levar brancos para trabalhar nos seringais e atualmente existem cerca de vinte casas de brancos, perto de seu barracão e os índios foram obrigados a se retirar para dentro do lago.

Em Palmares, João Almeida tem uma propriedade menor, que já foi sede do seringal Belém. Atualmente, ele possui um financiamento bancário para seringa e gado, o que é contraditório com a prática agrícola dos índios. A seringa e o gado são culturas permanentes e por isso existe uma dificuldade de retirá-los de lá, porque a indenização seria muito alta, pois nesses empreendimentos já existem benfeitorias feitas.

3- O movimento dos Capitães Ticuna: mobilização e resistência.

Contra todas essas arbitrariedades está surgindo uma mobilização da população indígena exigindo a demarcação de suas terras. Em dezembro de 1980, aconteceu uma primeira reunião de capitães Ticuna em Vendaval, ocasião em que discutiram os problemas das comunidades, avaliaram a ação da FUNAI, concluindo que não houve cumprimento do que ela havia prometido há muito tempo; demarcação das terras dos Ticuna. Também discutiram o problema da invasão dos brancos que chegam para tirar madeira dos igarapês e esvaziam os lagos, a necessidade de falarem duas línguas (Ticuna e Português), pediram escola e pagamento pela FUNAI aos monitores de educação.

Em março de 1981 aconteceu outra reunião em Porto Cordeirinho, e nessa houve repressão por parte da FUNAI. Depois dessa, houve uma outra em Belém do Solimões, em junho de 1981 e a última foi realizada no mês de novembro de 81, em Campo Alegre, contando com representantes de 33 comunidades Ticuna. Nessa última reunião, foi feito um mapa, definindo limites do território de uso e ocupação indígena, terras imprescindíveis à sua sobrevivência. Ainda nessa reunião foi tirada uma comissão para

ir à Brasília com a finalidade de exigir uma posição da FUNAI à respeito da definição de suas terras.

Enquanto isso, a atitude da FUNAI é tentar isolar e intimidar os índios, criando dificuldades à atuação de pesquisadores na área, coibindo a ação de organismos da Igreja, como o caso do CIMI e também de jornalistas. Dessa forma, está tentando evitar surjam notícias, através de testemunhos de pessoas que possuem interesses comuns aos dos índios. Outra atitude da FUNAI tem sido o aliciamento das lideranças indígenas, oferecendo-lhes empregos que apresentam vantagens materiais. Alguns líderes foram ameaçados de prisão por se deslocarem dentro ou fora da área Ticuna, como uma tentativa de evitar que esses líderes participem das reuniões não só de Ticuna, mas de índios de todo país.

Frente a toda essa situação apresentada podemos reafirmar a importância do povo Ticuna pelo grande número de índios que representam, pela extensão territorial que ocupam e também pelo que podem oferecer aos outros grupos indígenas, mostrando seus conhecimentos, suas tradições, seus problemas e forma pela qual eles vêm tentando resolvê-los. Eles apontam a urgência da demarcação de suas terras, face à invasão e possibilidade de expropriação que os ameaça. Exigem providências concretas e urgentes da FUNAI para essa situação e por outro lado reclamam uma atitude menos autoritária desse órgão, frente aos seus líderes que servem como canal de representação de seu povo. Chegam a comparar a FUNAI ao patrão, já que ela nunca apresenta soluções para os seus problemas e ainda os impede de resolvê-los. Além disso ela manipula com a participação e permanência de pessoas na área, que segundo os Ticuna deveria ser decidida e indicada pela própria comunidade.

*Secund. Esc. da comunidade
de apoio a tribos indígenas*

9/10/71